



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

30 de maio de 2017

Ata da Quinquagésima Quarta Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia trinta do mês de maio, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Zé Roberto, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Alan Barbiero, Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Eli Borges, Ivory de Lira, Jaime Café, Jorge Frederico, José Bonifácio, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Solange Duailibe e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Eduardo do Dertins, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira e Júnior Evangelista. Estava ausente o Senhor Deputado



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Nilton Franco. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 55/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Anjo Azul”; Ofício número 81/2017, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos, que requer prorrogação de licença para tratamento de saúde pelo prazo de trinta dias, a iniciar-se dia 31 de maio com término em 29 de junho do corrente ano; Ofício oriundo da Secretaria da Saúde, informando celebração de termo aditivo com a Prefeitura de Wanderlândia; Ofício oriundo do Conselho Regional de Administração do Tocantins – CRA-TO, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; Ofício oriundo do Comando Geral da Polícia Militar do Tocantins, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco; Ofício oriundo da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – Adapec, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; e Carta oriunda do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas Brasil, encaminhando a Moção de recomendação aprovada na Assembleia Geral ocorrida em 8 de julho de 2016, na



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

cidade de Salvador-BA. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 103/2017, de autoria da Senhora Deputada Solange Duailibe; 106/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco; Projeto de Resolução que recebeu o número 4/2017, de autoria da Mesa Diretora; e os Requerimentos que receberam os números 1.237 a 1.260. Logo após, foram aprovadas as urgências do Projeto de Resolução que recebeu o número 4/2017, de autoria da Mesa Diretora; e dos Requerimentos que receberam os números 1.256 e de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão; e 1.257, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira. Foi rejeitada a urgência do Requerimento que recebeu o número 1.255, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Alan Barbiero, Zé Roberto, Valdemar Júnior e Paulo Mourão. Em seguida, o Senhor Presidente respondeu a uma questão de ordem suscitada pelo Senhor Deputado Elenil da Penha, acerca do cumprimento do artigo 180 do Regimento Interno desta Casa de Leis, em relação aos Projetos de Lei do Governo número 48 e 49, ambos de 15 de dezembro de 2016, nos seguintes termos: a Presidência da Assembleia Legislativa, em despacho preliminar, requisitou informações e sobrestou o andamento dos Projetos de Lei números 48 e 49, de 15 de dezembro de 2016, em legítima prerrogativa



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

conferida pelo art. 101 do Regimento. Outrossim, considerando a apresentação de substitutivos aos Projetos de Lei números 48 e 49 de 2016, em 11 de maio de 2017, a presente questão de ordem encontra-se prejudicada. Diante do exposto, a tramitação das preposições em destaque seguem seu curso regular, em virtude de prerrogativa desta Presidência nos precisos termos do art. 101 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Na Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas e trinta e seis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário